



# ELD

PORTE  
PAGO

**ÓRGÃO  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS DEFICIENTES  
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVII — N.º 198

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — ABRIL 1991 — 80\$00

## ENCONTROS INTERNACIONAIS EM LISBOA



### 14.ª REUNIÃO DA CPAE/FMAC

— 10/12 ABRIL —

- Ministros de Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social presidem, respectivamente, às Sessões de Abertura e de Encerramento
- ADFA na presidência da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus

### UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

— 15/16 ABRIL 91 —

- Chefe de Estado, Primeiro-Ministro, general CEMGFA e Secretário de Estado da Defesa Nacional recebem as delegações dos quatro países
- Analisado o trabalho já desenvolvido, perspectivam-se futuros Estatutos da União e incrementam-se acções de cooperação



**SOLIDARIEDADE DE ANTIGOS COMBATENTES = AMIZADE ENTRE POVOS**

### ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA

#### CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1991/93.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Palácio da Independência, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

A.D.F.A., 15 de Abril de 1991.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

*António Reis Santos*

**25 DE ABRIL DE 74/91**

**17 ANOS  
DE LIBERDADE**

**14 DE MAIO DE 74/91**

**17 ANOS  
DE PARTICIPAÇÃO  
E DIGNIDADE**



### MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• **Decreto Regulamentar n.º 8/91, de 14 de Março, publicado no Diário da República, I Série, n.º 61, parte B, de 14 de Março de 1991.**

— Estabelece o sistema de verificação de incapacidades dos beneficiários dos regimes de Segurança Social.

### MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• **Decreto-Lei n.º 125/91, de 21 de Março, publicado no Diário da República, I Série, n.º 67, parte A, de 21 de Março de 1991.**

— Estabelece a obrigatoriedade de regularização contributiva para a exoneração de contribuições à Segurança Social pelos empregadores de jovens em situação de primeiro emprego ou deficientes. Altera os Decretos-Leis n.º 257/86 e 299/86, de 26 de Agosto e de 19 de Setembro, respectivamente.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• **Decreto-Lei n.º 129/91, de 2 de Abril, publicado no Diário da Repú-**

blica, I Série, n.º 76, parte A, de 2 de Abril de 1991.

— Institui medidas de melhoria na receptividade dos serviços da Administração Pública aos utentes.

### MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• **Decreto-Lei n.º 141/91, de 10 de Abril, publicado no Diário da República, I Série, n.º 83, parte A, de 10 de Abril de 1991.**

— Estabelece as condições de acumulação das pensões dos regimes contributivos da Segurança Social entre si, com pensões de outros regimes de protecção social de enquadramento obrigatório e com outras pensões de regimes não contributivos ou equiparados.

### MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• **Decreto-Lei n.º 142/91, de 10 de Abril, publicado no Diário da República, I Série, n.º 83, parte A, de 10 de Abril de 1991.**

— Reformula o Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 197/77, de 17 de Maio, sobre a atribuição do abono de família em função da idade e da situação escolar.

## SÓCIOS FALECIDOS

**JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS SILVEIRA**, sócio n.º 9731, natural e residente em Enxerim de Silves, faleceu, no passado dia 17 de Março de 1991, devido a enfarte cardíaco. Sócio com 24 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola aquando do rebentamento de uma mina antipessoal.

Deixa viúva a Sr.ª D. Maria Manuela Norte Silveira e dois filhos.

**AJOÃO PAULO FERREIRA SANTOS**, sócio n.º 11737, natural e residente em Assenta, concelho de Torres Vedras, faleceu no passado dia 18 de Março de 1991. Sócio com 100 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente, queimaduras em ambas as vistas, aquando em serviço na sua Unidade.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

## Comemorações do 17.º aniversário da ADFA

### Sede

No próprio dia 14 de Maio (uma 3.ª-feira, este ano), vai realizar-se o tradicional jantar/convívio comemorativo de mais um aniversário da nossa Associação, momento anual importante de participação e reflexão.

**INSCREVE-TE, ATÉ AO DIA 10 DE MAIO, ATRAVÉS DOS TELEFONES 346 21 67/8, PARA O DASC (major Jorge Maurício ou Luísa Braga).**

### Alcobaça

Conforme tem sido indicado no ELO, vai realizar-se, integrado nas comemorações dos 17 anos da ADFA, um encontro

associativo, no dia 11 de Maio, a partir das 9h30, na Assembleia Municipal (junto à Câmara Municipal e aos campos de ténis), com a presença da Direcção Central, para informações gerais e revitalização da vivência da ADFA, em toda a zona sul do distrito de Leiria.

Segue-se um almoço/convívio, em que **ESPERAMOS A TUA PRESENÇA, E A DA TUA FAMÍLIA, PORQUE, COMO VERÁS, É SEMPRE BOM ESTARMOS JUNTOS.**

### Bragança

Integrado nas comemorações do 17.º aniversário da ADFA, a delegação

local promove um encontro/convívio aberto a todos os associados, e seus familiares, com serviço de almoço, a ter lugar no agradável Parque de Campismo de Vila Flor, no próximo dia 9 de Junho (domingo).

Neste belo local, de fácil acesso e boa estrada, poderás passar um dia inesquecível, estando, ainda, as lindas paisagens do complexo das piscinas ao teu dispor, e dos teus filhos. Se conheces aquela magnífica região, sabes quanto vale a pena; se não conheces, não percas esta oportunidade.

Além disso, **A TUA PRESENÇA É O MAIS IMPOR-**

**TANTE! DÁ FORÇA À FORÇA DA TUA RAZÃO! NÃO TE ISOLES. VEM TER COM AQUELES QUE MAIS SABEM SENTIR OS TEUS PROBLEMAS E AS TUAS DIFICULDADES.**

A tua delegação, em Bragança, espera o teu contacto.

Pensa nos teus familiares e na alegria que lhes poderás proporcionar. Pensa, também, em ti, nos teus ex-camaradas, na tua Associação e no prazer que todos tirarão deste encontro.

Contamos contigo e com o teu abraço fraterno. Contacta-nos desde já.

*Nestas jornadas, como em todas as outras da Associação, lembra-te de que a tua presença, e a da família é garante da nossa particular vivência!*

**Inscribe-te já! Participa!**

## A NOTÍCIA PELA IMAGEM



*Cremos que, pela primeira vez em Portugal, a ADFA-Sede realiza um curso de Formação Profissional de cerâmica, para invisuais*

*Também no atelier da Sede foram pintados à mão, peça a peça, cerca de 100 azulejos sobre a 14.ª Reunião da CPAE, para oferta aos participantes*



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 13 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

*Os textos assinados não re-produzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores*

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 750\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00  
Fora da Europa: 2100\$00  
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1991/93.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Palácio da Independência, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

A.D.F.A., 15 de Abril de 1991.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

António Reis Santos

Para melhor informação dos sócios, recordam-se alguns dos artigos quer dos Estatutos da ADSA quer do respectivo Regulamento Eleitoral.

### ● Estatutos

(...)

Assembleia Geral Nacional  
Artigo 24.º

1. A Assembleia Geral Nacional (AGN) é constituída por todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos(...)

Artigo 28.º

A Assembleia Geral Nacional para fins eleitorais reunirá ordinariamente de dois em dois anos, até 31 de Julho, para exercer as atribuições previstas no artigo seguinte.

Artigo 29.º

1. Para fins eleitorais, a AGN funcionará em Assembleias Gerais de Delegação (AGD) simultâneas.

2. As Assembleias Gerais de Delegação para fins eleitorais poderão funcionar com mesas de votos nos Núcleos existentes (...).

### ● Regulamento Eleitoral

Generalidades

(...)

Artigo 4.º — Só podem eleger, ser eleitos, candidatar-se ou subscrever listas de candidatos os sócios no pleno gozo dos seus direitos à data em que ocorrer o respectivo acto de eleição ou de candidatura (...).

Artigo 7.º — Para o acto eleitoral serão formadas Comissões Eleitorais constituídas por:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, a Mesa da Assembleia Geral Nacional Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas;

b) para os Órgãos Sociais Locais, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas pela mesma;

Artigo 8.º — As Comissões Eleitorais referidas no Artigo anterior iniciarão a suas funções cinco dias após a data limite da apresentação das listas de candidatos.

Artigo 9.º — São competências das Comissões Eleitorais:

a) dirigir todo o processo administrativo das eleições;

b) assegurar iguais oportunidades e direitos a todas as listas concorrentes;

c) dar toda a publicidade ao Acto Eleitoral;

d) fiscalizar o Acto Eleitoral por forma a que ele se processe de acordo com os Estatutos da A.D.F.A. e o presente Regulamento Eleitoral.

e) proceder ao apuramento dos resultados.

### Apresentação de Listas

(...)

Artigo 10.º — 1. A apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos quatro Órgãos Sociais, quer se trate dos Órgãos Sociais Centrais (D.C. M.A.G.N., C.F.C., C.N.) ou Locais (M.A.G.D., D.D., C.F.D., C.N.) e far-se-á:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, à Mesa da Assembleia Geral Nacional;

b) para os Órgãos Sociais Locais, À Mesa da Assembleia Geral de Delegação.

2. As listas de candidaturas referidas na alínea b) serão, após a sua recepção, enviados à MAGN (...).

Artigo 12.º — A apresentação de listas estabelecidas nos artigos anteriores deverá ser feita até 25 (vinte e cinco) dias antes do acto eleitoral, acompanhadas pelos respectivos programas de acção, devendo os programas das listas para os Órgãos Sociais Centrais ser obrigatoriamente divulgados.

Artigo 12.º — Findo o prazo de entrega das listas, deverão as Mesas das Assembleias Gerais Eleitorais proceder à fixação das mesmas em lugar próprio na Sede, Delegações e Núcleos existentes, acompanhadas dos respectivos programas de acção.

Artigo 14.º — 1. As listas de candidaturas poderão ser apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes ou por quaisquer grupos de sócios, acompanhadas por um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura.

2. O termo de aceitação de candidatura constará de uma declaração assinada pelo candidato ou candidatos e respectivo número de sócio.

3. A apresentação de listas de candidatos deverá ser acompanhada pela identificação dos candidatos, da qual constará o número de sócio, nome completo, idade e residência.

Artigo 15.º — As listas de candidatos apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes serão denominadas por Lista A e as listas apresentadas por outros grupos de sócios serão denominadas pela ordem seguinte do alfabeto e segundo a ordem de entrada.

No ELO de Maio mais informações serão prestadas, conjuntamente com a apresentação das listas concorrentes e respectivos programas eleitorais.

### ENTREGA DE LISTAS

Nos termos do Art.º 12.º do Regulamento Eleitoral, acima transcrito, e pelas contas da Redacção do «ELO», a data limite para entrega das lista candidatas, e respectivos programas eleitorais, deverá ser o dia 3 de Junho, 2.ª-feira.

## EDITORIAL



Vivemos, nos últimos dias, em início de comemorações do 17.º aniversário da nossa Associação, e conforme a presente edição do ELO se faz eco alargado, dois importantes encontros internacionais, a 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, da FMAC e, aproveitando a sua presença em Lisboa, como «observadores» àquele evento, uma sessão de trabalho entre as quatro Delegações que compõem a União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

A 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, que decorreu em ambiente de franca compreensão e trabalho intenso, foi demonstração inequívoca dos ideais de Paz, solidariedade e tolerância que animam os antigos combatentes. E a eleição unânime da ADFA, para presidir àquela comissão europeia da FMAC, é sinónimo de que a actividade desenvolvida pela nossa Associação, no seio daquele organismo internacional desde a sua adesão em 1982, é merecedor de crédito e confiança por parte dos restantes países do Velho Continente.

A primeira reunião plenária das 4 Delegações da União criada pela 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, ao debruçar-se sobre os contactos e trabalhos já efectuados a partir da sua criação, em 23 de Maio do ano findo, e perspectivando linhas de futuro, na continuidade do diálogo e no reforço da cooperação, constituiu prova evidente de como antigos combatentes em frentes opostas, protagonistas de uma guerra de 15 anos, querem demonstrar ao Mundo, através do seu contributo e sentimento de fraternidade, que é possível a todos os homens o entendimento e a todos os povos a amizade.

Ambas as realizações tiveram, por parte da Nação, apoio, acompanhamento e incentivo, destacando-se o que lhes foi concedido pelo Chefe do Estado, o Governo e a Instituição Militar.

E a divulgação noticiosa profícua prestada por toda a Comunicação Social, que demonstrou alto sentido de responsabilidade no que à opinião pública transmitiu, e do que, entendemos, não sai maculada por exíguos e pontuais aproveitamentos incorrectos de alguns órgãos que constituíram excepção para afirmar a regra de que o material formativo, e informativo, por ela posto à disposição de todos foi de teor significativamente positivo.

Mas a ADFA reconhece hoje, cumpridos 17 anos da sua existência, que participou, activa e intervenientemente, na sociedade portuguesa, criando, para si, responsabilidades, para a comunidade, expectativa e para os associados, dignidade, porque têm sabido aproveitar o sentimento de liberdade e criatividade que nos reiculcou o 25 de Abril, ciente de que a sua postura, e as mazelas de corpo e espírito com que a guerra marcou a generosa geração dos que à Pátria deram o seu melhor, ao responder «sim» à chamada, se tornou em referência e vector de mudança que levaram ao encontro da paz e da transformação democrática que tornam, hoje, ouvida e respeitada a voz de Portugal, além-fronteiras. Temos a consciência real de que muito está por fazer, mas acreditamos, com toda a profundidade, que o caminho trilhado, eivado de esperança, quem sabe, de algum sentido aventureiro dos navegadores de quinhentos, consolidará a garantia dos nossos direitos e constituirá, em realidade, o desejo de alcançar os desígnios que nos propomos atingir, designadamente que a Pátria faça justiça àqueles deficientes militares que por ela à tanto anseiam.

A DIRECÇÃO CENTRAL



COLABORANDO E PARTICIPANDO ENGRANDECES A ADFA  
E PERSPECTIVAS O TEU FUTURO!

# CENTRO DE REABILITAÇÃO DA ADFA — PORTO

Dissémos no ELO de Março que iríamos, este mês, continuar com a apresentação do trabalho sobre o protocolo assinado pela ADFA, CERCIGAIA e IEPF, o que não fazemos, no entanto, dado nos parecer mais oportuno dar já a conhecer o «Relatório de Actividades — 1990», do Centro, entretanto chegado à nossa Redacção, já que o mesmo, assim como duas outras notícias que aqui são inseridas, mais força dão, se tal fosse necessário, ao interesse e oportunidade daquele documento.

E porque o nosso espaço não é elástico, ficará para Maio o restante artigo.

## Relatório de actividades

### I — Introdução

O quarto ano de funcionamento do Centro de Reabilitação continuou fortemente afectado por condicionantes estruturais, nomeadamente indefinições ao nível da imagem e do estatuto do Centro, insuficiência e inadequação das instalações, e inexistência dos recursos humanos necessários e em moldes consentâneos.

A indefinição e precaridade existentes provoca um enorme fosso entre os recursos necessários e os existentes, situação inadequada e insustentável tendo em conta o volume e a complexidade do trabalho do Centro, com níveis de exigência técnica muito elevados.

A título de exemplo refira-se que uma das equipas técnicas fundamentais do Centro, a de Avaliação-Orientação, esteve quase permanentemente incompleta e mudou mesmo totalmente durante o ano!

As circunstâncias referidas afectaram significativamente o trabalho desenvolvido e obstaram ao lançamento de um conjunto de iniciativas e acções muito importantes, quer para os destinatários do seu trabalho, quer para a própria imagem do Centro.

É assim urgente alterar completamente o actual estado de coisas, sob pena de se comprometer o futuro do projecto, e de surgirem rupturas na aparente normalidade do seu actual funcionamento.

Apesar de tudo, e algo paradoxalmente, foi prestado um conjunto vasto de serviços a um número muito significativo de utentes, com um nível de qualidade muito bom, excelente mesmo, se se tiverem em conta as circunstâncias.

Todo o trabalho foi orientado por duas preocupações de fundo:

a) melhoria do trabalho de cada equipa técnica, através:

- do seu mais completo apetrechamento em termos de recursos humanos e técnicos;
- da promoção das melhores prestações quer no plano individual, quer no plano das equipas, procurando-se as melhores metodologias e processos;

b) desenvolvimento dos programas no sentido de se encontrar resposta para os problemas surgidos. Exemplo significativo foi a criação da consulta de Psiquiatria.

Da natureza e volume dos serviços prestados se dá conta nas partes seguintes deste relatório. Especial referência merecem os resultados do Departamento Ortoprotésico. Duas conclusões deverão extrair-se:

- a) aumentou o número de utentes, conforme quadros seguintes;
- b) os resultados económicos são francamente positivos e evidenciam ganhos de produtividade acima da média, o que é importante, tendo em conta as exigências que se colocam ao nível de gestão respectiva.

### II — Estruturas de programas

#### 1 — Avaliação/Orientação

Foram apoiados por esta equipa cerca de 170 utentes, com quem se desenvolveu trabalho diverso:

- apoio na resolução pontual de problemas de natureza social;
- informação/encaminhamento no âmbito de actividades relacionadas com a deficiência;
- avaliação/orientação dos utentes candidatos à formação profissional, conforme quadros seguintes.

Esta equipa apoiou ainda os utentes integrados na formação profissional, orientando e trabalhando as situações/problema que foram surgindo, acompanhando-os ao longo dos cursos.

N.R.: em 8 elucidativos quadros, o Relatório fornece, seguidamente, interessantes e úteis informações sobre os candidatos, não só indicando o tipo e origem da sua deficiência, proveniência geográfica, sexo, idade, nível de escolaridade, situação profissional e estado civil, por vezes interligando estes dados, como também sobre a evolução e resultado dos cursos.

#### 2 — Reabilitação Funcional

##### Consultas Médicas:

Clínica Geral .....	83
Medicina Física e Reabilitação .....	140
Psiquiatria .....	40

### Próteses:

#### A — Membros Superiores

(Abaixo do Cotovelo)	Novas	Consertos
BE .....	8	13
BE/ME .....	3	17
(Acima do Cotovelo)		
AE .....	8	15
AE/ME .....	1	1

#### B — Membros Inferiores

(Acima do joelho)	Novas	Consertos
AK .....	46	43
BK .....	37	21
DESART. ANCA .....	—	2
(Abaixo do Joelho)		
PTB .....	21	34
SYME .....	1	1
Chopart .....	11	1
Encaixes .....	3	12
Copos .....	7	—
Aparelhos .....	11	8
Talas .....	7	—
Coletes .....	2	—
Palmilhas .....	19	—
Calçado .....	18	—
Cadeira de rodas .....	—	3

### 3 — Formação Profissional

O Programa de Formação Profissional conheceu algumas alterações em 1990, quer no plano conceptual quer no plano metodológico, à luz do novo enquadramento da formação profissional de pessoas com deficiência, definido pelos Programas Operacionais 7 e 12.

#### Principais inovações:

1 — Aumento da duração dos cursos de formação: embora a gestão se faça por anuidade, a duração dos cursos foi aumentada, favorecendo a melhoria da qualidade das formações obtidas e permitindo estágios complementares de formação mais longos.

2 — Criação de uma nova acção — Readaptação ao Trabalho. A experiência anterior permitiu concluir que dos utentes que procuravam apoio para resolver o seu problema profissional, havia um grupo com características próprias e dificilmente integrável nas acções de formação profissional existentes, por diversas razões:

- a) níveis etários muito avançados;
- b) baixo nível de escolaridade;
- c) residência muito distante do Porto;
- d) fraca motivação para percorrer processos longos e complexos.

Estas razões, actuando de forma isolada ou muitas vezes de forma concomitante, tornaram necessária a estruturação de um tipo de acção adequada.

Surgiu então a Readaptação ao Trabalho, estruturada do seguinte modo:

- a) Período em Centro:
  - avaliação/orientação
  - formação geral básica necessária
  - preparação do estágio
- b) Período em exercício:
  - estágio numa empresa integralmente financiada pelo Centro, facilitando o acesso ao emprego.

A caracterização do trabalho neste programa é evidenciada pelos quadros seguintes:

QUADRO I

TOTAL INSCRITOS	94	%
Jovens .....	33	35
Adultos .....	61	65
Mulheres .....	31	12
Homens .....	83	88

QUADRO II

INSCRITOS POR CURSO		
Escriturário .....	21	22%
Aj. Guarda-Livros .....	7	7%
Electricista .....	27	29%
Ser. Mecânico .....	11	12%
Carp. Limpos .....	8	9%
Readap. Trabalho .....	20	21%
Total .....	94	100%

QUADRO III

FREQUENTARAM O 1.º ANO	40	42%
Frequentaram Estágio Complementar de Formação ...	25	26%
Frequentaram Estágio de Readap. ao Trabalho .....	13	14%
Integrados Profissionalmente .....	8	9%
Outras Situações .....	8	9%
Total .....	94	100%

### 4 — Promoção de Emprego

Inscreveram-se 54 candidatos a emprego, tendo sido colocados em estágio 70% e integrados profissionalmente 15%. Restam situações de desistências, internamentos e encaminhamentos para outras instituições.

Realizaram-se contactos (repetidos) com 16 câmara municipais do Norte e do Centro do País. Colocaram-se estagiários em 7 delas.

Contactaram-se, aproximadamente, 60 empresas e outras instituições (públicas e privadas), tendo este serviço colaborado na colocação em estágio ou em emprego em cerca de 50 delas.

INSCRITOS	54	
Colocados em Estágio .....	38	70%
Integrados Profissionalmente .....	8	15%
Outras Situações .....	8	15%

### III — Outros

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pelos programas anteriores, outras actividades foram realizadas, cooperando com pessoas e instituições em áreas diversas, divulgando a realidade do centro.

Apoio nos domínios da mobilidade e da acessibilidade:

A solicitação de pessoas/entidades, foram prestadas informações e disponibilizada documentação neste âmbito, nomeadamente a gabinetes de arquitectura.

Informação sobre ajudas técnicas:

Com base nos recursos documentais já existentes foram apoiadas solicitações de informação sobre ajudas existentes, custos e condições de aquisição e fornecedores.

#### Visitas de estudo

Ao longo do ano, o centro foi solicitado para permitir visitas de estudo a pessoas/instituições com interesse na área da reabilitação de pessoas com deficiência. O objectivo subjacente a essas solicitações era o interesse em conhecer o projecto do centro, a sua actividade;

#### Destacam-se:

- alunos do 4.º ano da Faculdade das Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto;
- alunos da Escola Superior de Enfermagem do Porto;
- alunos da Escola de Enfermagem da Casa de Saúde da Boavista;
- alunos da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto;
- 3 professores universitários alemães em viagem de estudo a Portugal.

#### Divulgação do centro

Contactos com pessoas/instituições que desenvolvem actividade conexas com a do centro, no sentido de se promoverem as melhores articulações, favorecendo desse modo a qualidade da resposta à pessoas com deficiência, objectivo maior do centro.

O trabalho neste campo foi fortemente prejudicado pelo facto de o centro não ter ainda estatuto próprio claro, de não ter uma imagem própria claramente definida. Exemplo disso é, por exemplo, a impossibilidade de o centro ser membro fundador da Federação Portuguesa de Centros de Reabilitação, em curso de legalização, pelo facto de não ter personalidade jurídica.

## Informação aos sócios

### ALERTA

Chama-se a atenção dos associados, e de outros leitores, para que, tal como em outras situações semelhantes na nossa sociedade, há, infelizmente, quem se tente aproveitar de casos julgados menos justos ou definidos para, garantindo soluções rápidas e rentáveis, se oferecer para levantar, acompanhar e/ou resolver processos, normalmente a troco de quantias razoáveis, já que, dirão, haverá que pagar a terceiros.

Mais grave, e perigosa, se torna esta actividade quando as pessoas envolvidas se arrogam pertencerem a alguma entidade ligada aos problemas, apresentando-se, por vezes, com cartões, e até papel timbrado, de organizações a que, realmente, pertencem ou pertenceram.

Porque tal é lesivo dos direitos dos associados, e de qualquer cidadão, denegrindo e prejudicando a boa imagem de qualquer organismo responsável, aqui fica o ALERTA para a possível utilização do nome da ADFA, por parte de oportunistas, em especial no Norte do País, agradecendo-se que sejam imediatamente prevenidas as Delegações locais se alguém for contactado.

Recorde-se, a propósito, que este tipo de serviço só é prestado nas próprias instalações da ADFA (Sede ou Delegações), exceptuando-se qualquer caso raro em que, por total impossibilidade de deslocação do associado ou interessado, poderá haver visita domiciliária (mas sempre a pedido do próprio).

**SOLICITA-SE, POIS, AOS SÓCIOS QUE NÃO SÓ ESTEJAM PREVENIDOS COMO TAMBÉM ESCLAREÇAM EVENTUAIS INTERESSADOS NESTES SERVIÇOS PARA OS CUIDADOS A TER.**

PELO BOM NOME DA ADFA.

### RETENÇÃO NA FONTE DO IRS

Última hora

Segundo comunicação da Caixa Geral de Aposentações, o IRS será retido a partir de Abril, conforme já informado no ELO, mas sem efeitos retroactivos.

Mais se esclarece que, para efeitos dessa retenção, é considerado o sujeito casado, único titular.

### ACTUALIZAÇÕES DOS CARTÕES DE DFA'S

Mais uma vez se chama a atenção de todos os sócios DFA's de que os cartões emitidos em 1986 devem ser actualizados, junto da Repartição Geral (RG/DSP/EME), nos quartéis-generais onde estejam apresentados ou nas delegações da ADFA onde se encontrem inscritos.

### SERVIÇOS DE CONTENCIOSO

Consultas da delegação do Porto

Conforme indicado no ELO de Março, e dentro da perspectiva de descentralização dos serviços prestados aos sócios, pelo gabinete jurídico da associação (e enunciados nesse mesmo jornal), deslocar-se-á à delegação do Porto, já no próximo dia 15 de Maio, para consultas a partir das 14 horas, o nosso advogado, e nosso associado, dr. António Carreiro, pelo que os interessados deverão contactar, atempadamente, a secretaria daquela delegação, para a correspondente marcação.

### PENSÕES

Aumentos

No «ELO» de Março foi publicado um artigo sobre actualização de pensões de invalidez, por acidentes/doenças em serviço.

Dado tratar-se de uma notícia de última hora, esta foi bastante reduzida.

Assim, para um melhor esclarecimento destes pensionistas, passamos a informar o seguinte:

- nos termos do n.º 4 da Portaria n.º 54/19JAN91, é elevada para 92% a percentagem de actualização das pensões;
- esta actualização só produz efeito num pensionista com elevado grau de incapacidade, tratando-se de acidentes/doenças ocorridos em serviço ou de acidentes/doenças ocorridos em serviço de campanha não DFA;
- os pensionistas com um abaixo grau de incapacidade não beneficiaram desta actualização, uma vez que o cálculo da pensão é feito em função dos anos de serviço.

Acumulação

Nos termos do DL n.º 141/10ABR91, é permitido aos beneficiários de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência dos regimes contributivos da Segurança Social e outros regimes de protecção social, a acumulação das pensões.

O princípio da acumulação de pensões de velhice ou de invalidez dos regimes contributivos, entre si, ou com pensões de velhice, invalidez ou de incapacidade permanente de outros regimes de protecção social, é livre quando os respectivos montantes forem de valor superior ao da correspondente pensão mínima (art. 3.º).

— No caso de surgirem dúvidas quanto à aplicação do diploma, devem os sócios dirigir-se às delegações onde estão inscritos, onde serão informados destas disposições.

## NOTÍCIAS DO CENTRO

### IX Congresso Nacional da Sociedade Espanhola de Paraplegia

Realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de Março, na cidade da Corunha, o IX Congresso Nacional da Sociedade Espanhola de Paraplegia.

Para participar neste encontro deslocaram-se dois técnicos do Centro de Reabilitação da ADFA — Porto, dr.ª Beatriz Sá e dr.ª Maria Jorge Melo, respectivamente, médica fisiatra e psicóloga, como resposta à preocupação constante deste Centro, de intercâmbio, modernização e actualização nestes domínios.

O nosso interesse em participar deveu-se, sobretudo, aos temas focados em mesa-redonda, que são de grande importância para o trabalho que tem vindo a ser realizado no mesmo: «Curso Internacional de Ajudas Técnicas», «Simposium de Integração Sócio-Profissional do Lesionado Medular» e «Avanços na Regeneração do Lesionado Medular».

No que diz respeito ao Curso Internacional de Ajudas Técnicas, foram tratados assuntos tão actuais como: as barreiras arquitectónicas, as ajudas técnicas aplicadas a vários tipos de deficiência, assim como as ajudas técnicas desde o ócio à geriatria.

Neste domínio focou-se a importância da Terapia Ocupacional e as mudanças que se esperam no futuro, neste campo.

Embora a realidade espanhola seja distinta da nossa realidade, debate-se com os mesmos problemas, quer ao nível das barreiras arquitectónicas, quer ao nível das ajudas técnicas.

Se por um lado os sentimentos de separação, distância, ódio, medo, frustração, que as barreiras arquitectónicas provocam nos lesionados medulares dificultam a sua integração socioprofissional e agudizam a discriminação social a que são sujeitos; por outro lado as ajudas técnicas têm por função a adaptação, apoio e compensação do deficiente à sua realidade diária e profissional. As ajudas técnicas permitem ajudar as pessoas a desenvolver ao máximo as suas capacidades, procurando que sejam o mais independente possível na sua vida diária e profissional e uma participação social de modo similar aos outros.

Quanto ao Programa da Integração Sócio-Profissional dos Lesionados Medulares foram focados temas como: a integração pré-laboral e laboral do lesionado medular; as ne-

cessidades básicas para a integração global do lesionado medular — carências, recursos e ajudas técnicas; orientação e expectativas, integração profissional e o ócio.

Tal como em Portugal, a integração profissional total de um lesionado medular é muito difícil, por todas as carências e limitações que este grupo de pessoas acarretam.

Neste domínio a avaliação e orientação, integradas num trabalho contínuo de equipa, tornam-se de primordial importância. Uma orientação eficaz deve ser: respeitosa com a pessoa e não forçada (os técnicos devem ensinar um ou vários caminhos, mas nunca decidir pela vida da pessoa, ela deve decidir por si); flexível, barreiras a ultrapassar pelos tetraplégicos, são bastante maiores do que para os paraplégicos, pelo que a sua integração profissional é quase uma

### «Direitos Humanos»

O Centro para os Direitos Humanos das Nações Unidas, em cooperação com o Governo português e com o Centro Internacional de Formação sobre os Direitos Humanos e a Paz (CIFEDHOP), levou a efeito em Lisboa, de 8 a 12 deste mês de Aril, um seminário sobre o ensino

utopia. Deve-se, nestes casos, ajudar uma integração social — ajuda para enfrentar a realidade, o meio onde vive, a preencher o seu tempo, promovendo-se jogos e passatempos. Pelas suas limitações físico-funcionais, os tetraplégicos podem, no entanto, ser bastante úteis em actividades que exijam um esforço intelectual maior como por exemplo a leitura, a escrita, a investigação.

Outro domínio tratado foi o dos Avanços na Regeneração Medular. Foram tratados temas como: a reabilitação do lesionado medular, cura farmacológica do lesionado, a reabilitação psicossocial do lesionado, entre outros.

A participação neste Congresso valeu, não só pela informação e formação, mas também pelo intercâmbio de experiências e contactos estabelecidos. Será de realçar a exposição patente aos congressistas sobre as novidades existentes no mercado estrangeiro ao nível das ajudas técnicas.

e a formação em Direitos Humanos, no quadro da aplicação de resoluções da Assembleia Geral da ONU, que vão no sentido de encorajar a criação de instituições nacionais para a protecção e a afirmação dos «Direitos do Homem».

Destinado, neste caso,

e principalmente, a funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Justiça e da Educação dos países de língua portuguesa, contou com participantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, para além de Portugal, assim como de observadores de vários organismos internacionais ligados a esta área.

Convidado a apresentar uma comunicação, o Director do Centro de Reabilitação da ADFA, dr. Jerónimo de Sousa, fê-lo no dia 9, no respectivo grupo de trabalho, sobre «casos práticos». Subordinada ao tema «A eliminação da discriminação na educação», a sua intervenção baseou-se, de for-

ma mais directa, na análise das várias situações de discriminação no ensino, suas causas e consequências, quer no plano individual quer no plano social, tendo apresentado, como suporte, os resultados de um inquérito nacional feito em todas as escolas portuguesas dos vários níveis de ensino, para analisar a situação de integração educativa dos seguintes grupos:

— jovens provenientes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor;

— jovens oriundos de outros países;

— filhos de emigrantes portugueses recentemente regressados;

— etnia cigana, e

— deficientes.

### CENTRO DE REABILITAÇÃO DA ADFA

Porto

#### Serviços Disponíveis

##### — Apoio Social

- Informações gerais
- Primeiro contacto com utentes
- Encaminhamentos
- dr.ª Manuela Bessa
- Consulta Psicológica
- dr.ª Maria Jorge
- Promoção de Emprego
- Vítor Pinto

##### — Reabilitação Funcional

- Prótese e ortóteses
- Consultas de Fisioterapia
- Consulta de Clínica Geral
- Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- Consulta de Psiquiatria
- Marcações:
- dr.ª Helena Soeiro

☎ 02/82 40 55

☎ 02/82 07 19

**CPAE**



9 ABRIL — Reunião da Comissão Permanente das Mulheres

1



10 ABRIL — No jantar de boas-vindas oferecido pela Defesa Nacional

5



10 ABRIL — Sessão de Abertura — em cima: Mesa da Presidência; em baixo: aspecto da assistência

2



11 ABRIL — Sessão de trabalhos — em cima: aspecto geral; em baixo: algumas das Delegações

6



3



7



10 ABRIL — Sessão de trabalho — Mesa da Presidência

4



11 ABRIL — No jantar oferecido pelo Instituto de Promoção Turística

8

# 14.<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DOS ASSUNTOS EUROPEUS DA FMAC

10 A 12 DE ABRIL/91

Dois acontecimentos procederam, no dia 9, já em Portugal, a XIV Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra CPAE/FMAC, qualquer deles de grande significado para a ADFA, embora em áreas diferentes.

O primeiro, na Batalha, foi a tradicional romagem nacional ao túmulo do Soldado Desconhecido, e que, em organização da Liga dos Combatentes e sobre presidência do Ministro da Defesa Nacional, contou com a presença, para além de inúmeras personalidades, não só dos Presidentes e 2.º Secretário da ADFA como também do Presidente da CPAE, o qual não quis, dada a oportuna coincidência de datas, deixar de associar a este cerimónia do Dia do Combatente.

A segunda, em Lisboa, foi a reunião da Comissão Permanente das Mulheres, da Federação Mundial que, sob a presidência da nossa já conhecida e amiga Miss June Willenz, tratou de várias questões pendentes e perspectivou outras, algumas delas já em resposta a novos problemas que se levantaram com a guerra do Golfo. Tendo assistido aos trabalhos duas «observadoras» pela ADFA (Catherine Guedes da Fonte e Leonor Carreiro), de tal participação veio a nascer a decisão de se construir um Comissão das Mulheres dos Deficientes das Forças Armadas, tendo-se já iniciado os primeiros contactos para a sua concretização, a curto prazo.

O dia 10 começou pela Sessão de Abertura, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, tendo estado presentes, para além de inúmeras entidades civis e militares, representando a Presidência da República, o Governo, o Corpo Diplomático, as Forças Armadas, o Poder Autárquico e diversas entidades ligadas à área da deficiência e da reabilitação, os Presidentes, Vice-presidentes e Secretário-Geral da FMAC, os delegados de associações de antigos combatentes da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Jugoslávia, Noruega, Polónia, URSS e Portugal (membros efectivos), Roménia, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (observadores) e os representantes do Conselho da Europa e da Confederação Internacional dos Antigos Prisioneiros de Guerra.

Usando da palavra em primeiro lugar, o presidente da ADFA, José Arruda, saudaria todos os presentes, tendo afirmado, depois, que a reunião da CPAE, face a uma mais tão dolorosa, e recente, guerra, a do Golfo, serviria para reforçar se necessário fosse os ideais da FMAC; serviria também, realizando-se em Portugal, e com organização da ADFA, para «recolher experiências, mas também transmitir aos companheiros a nossa forma de estar: a forma de estar de uma organização que nasceu à 17 anos, uma organização que sabe o que quer, que é responsável, que é exigente, que é rebelde, mas rebelde saudável».

Recordando, seguidamente, os mortos, e as cerimónias da véspera, falaria do importante papel, na reabilitação e na reintegração dos que se deficientaram, e não só, já que «entre os ex-combatentes existe a amizade e a Paz»; realçando a presença dos delegados dos países africanos da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, diria que «falamos todos a mesma língua, estamos todos a trabalhar para o desenvolvimento e para que os povos se abracem».

Tratando-se de alguns dos problemas que se põem aos deficientes militares, nomeadamente na área legislativa, incluindo os apoios que, pelas altas autoridades do país, têm sido dados à Associação e às suas actividades, incluindo as internacionais, terminaria:

«A ADFA é uma organização que, em Portugal, tem dado um grande contributo para a mudança de mentalidades, para acabar com tabus, com complexos de esquerda e de direita. Queremos falar de guerra; é preciso que falemos de guerra! Nós temos, nós queremos contribuir para a melhoria da própria saúde mental dos portugueses, dos seus complexos de guerra. Nós, a nossa experiência, a criação da própria União, prova que não temos que ter complexos de culpa. Nós queremos contribuir para que Portugal seja universalista e queremos, Sr. Ministro, continuar a receber o seu apoio, na certeza de que a ADFA também contribuirá para que Portugal seja grande.»

Após as intervenções do presidente da FMAC, W. Van Lanschot, que abordaria não só o papel da Federação, e dois antigos combatentes e vítimas de guerra, quer no actual contexto internacional, com incidência especial para as alterações no Leste europeu

e para a crise do Golfo, quer no quadro do respeito pela Carta das Nações Unidas e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, como também o papel da ADFA, quer a nível interno quer externo, em particular como membro da União de Antigos Comba-



tentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) e do Presidente da CPAE, Esko Kosunen (que, fazendo o relatório do biénio findo, recordaria ter sido em Lisboa, em 85, na 11.ª Reunião da Comissão, que havia tomado posse, pela 1.ª vez, e

## «COMUNICADO»

**1 — Os representantes de associações de antigos combatentes e vítimas de guerra da República Federal da Alemanha, da Áustria, da Dinamarca, da Espanha, da Finlândia, da França, da Holanda, da Hungria, da Jugoslávia, da Noruega, da Polónia, de Portugal e da URSS, reunidos em Lisboa, de 10 a 12 de Abril de 1991, no quadro da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (CPAE/FMAC), exprimem a sua profunda indignação perante a violação dos direitos fundamentais de que a população curda é a nova vítima.**

**2 — Preocupados pela sorte trágica desta população, felicitam-se pela adopção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, da «Resolução 688», que condena a repressão das populações civis nas zonas curdas e exige que o Iraque ponha fim, sem demora, a esta repressão.**

**3 — Lançam um apelo urgente aos Estados membros das Nações Unidas e às suas instituições especializadas, assim como a todos os outros órgãos e organismos competentes, para a aplicação imediata de todas as disposições desta «Resolução», assim como daquela actualmente em discussão no Conselho de Segurança e que tem em vista o estabelecimento de zonas protegidas para a população curda.**

**4 — Lançam, igualmente, um apelo aos Estados vizinhos para que acolham os refugiados, e à comunidade internacional para que a assistência necessária a esse trabalho seja levada a esses países.**

**5 — Exprimem a esperança que todas as associações membros da FMAC apoiem as medidas preconizadas neste «Comunicado».**

Lisboa, 12 de Abril de 1991.

anunciaria agora a sua retirada), encerraria a sessão o dr. Fernando Nogueira: «Como Ministro da Defesa Nacional de Portugal, saúdo vivamente a Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra pela realização da XIV Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, e aproveito para realçar o alto significado desta reunião, bem como a actividade que este organismo internacional vem desenvolvendo na aproximação dos povos, pelo respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem pelos objectivos prosseguidos em prol da reabilitação e reintegração dos deficientes e vítimas da guerra.»

Referindo-se depois à questão legislativa, à V Conferência Internacional (Bad-Ischl) e às medidas tomadas já pelo Governo, afirmando que «Portugal, neste domínio, se encontra entre os países cuja ordem jurídica tem soluções mais avançadas», diria, antes de terminar com uma saudação aos participantes:

«Quero também expressar o meu regozijo pelo relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, também ela membro e representante de Portugal na FMAC, pela forma aberta e cordial como tem colaborado com todas as instituições governamentais, em particular com o Ministério da Defesa Nacional, com a consciência das responsabilidades que lhe cabem no contributo e aprofundamento das questões que dizem respeito à reabilitação e reintegração das pessoas com deficiência, à luz das novas perspectivas abertas com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Seja-me permitido uma palavra de particular apreço e admiração pelo senhor Presidente da ADFA, cuja generosidade e empenho na causa, justa e nobre, a que se vem dedicando, é um exemplo para todos nós; exemplo de dignidade e de sublimação de sentimentos, e também de afirmação de uma vontade pura e muito justamente vigorosa. Da angústia tem feito esperança, da dor tem feito alegria, do desalento tem feito capacidade realizadora.

Bem-haja pela sua elevação, senhor Presidente; pela firmeza dos seus princípios, pela fé que deposita nos homens e no seu país. Creia que lhe estamos sinceramente gratos pelo que tem feito pelos seus camaradas vítima de guerra, mas também por Portugal. Creia ainda que a minha disponibilidade para continuar a colaborar com a sua Associação é total. Para mim, trata-se de um imperativo moral, social, político e patriótico.»

Já nos grupos de trabalho sobre «a cooperação europeia», a situação financeira e os «assuntos sociais», a CPAE analisaria as diversas questões a tratar, entre elas a necessidade de uma campanha junto de Governos e outras entidades, para uma ajuda financeira que possa garantir a sobrevivência do boletim «WISMIC» (do Centro Internacional de Informação Sócio-Médica da FMAC, em Oslo); a implicação da entrada em vigor do Acto Único Europeu (com a afirmação expressa de que uma uniformização de legislação, e de direitos, sobre os antigos combatentes e vítimas de guerra deverá ter em conta, e obedecer, ao existente nos países mais avançados, e não o contrário); a participação da CPAE, e da FMAC, em reuniões internacionais, nomeadamente a nível de Conselho da Europa (e aqui uma palavra para referir a presença, em representação do mesmo Conselho, da dra. Guida Faria, Secretária Nacional de Reabilitação que fez uma comunicação sobre a actividade daquele organismo comunitário); «vida autónoma» (onde a ADFA, através do seu delegado Armando Guedes da Fonte, apresentou um trabalho intitulado «O Compromisso social»); as ajudas às novas vítimas de guerra (e neste ponto refira-se a adopção, pela Comissão em junção de propostas separadas da Dinamarca e da França, de um «Comunicado» sobre a questão curda) e o desenvolvimento das diversas resoluções tomadas, quer na conferência de Taormina/Sicília (DEZ 90) quer em outras anteriores (Paz e segurança no Mediterrâneo, a questão do Chipre, campanha mundial de Cruz Vermelha Internacional sobre prisioneiros de guerra, as associações de veteranos da Europa Central e de Leste, etc.).

Na última sessão de trabalho, e conforme estava em agenda, procedeu-se à eleição do novo presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, tendo, por não ter sido apresentada qualquer outra proposta, sido aceite, por unanimidade, o nome do Presidente da



11 ABRIL — A confraternização foi uma constante

9



12 ABRIL — Sessão de Encerramento — em cima: Mesa da Presidência; em baixo: aspecto da assistência

10



11



12 ABRIL — Reunião do Gabinete da CPAE, já com o seu novo Presidente

12

## UNIÃO DOS ANTI DE PORTUGAL, ANGOLA GUINÉ

COMUNI

De 10 a 12 de Abril de 1991, realizou-se em Lisboa a 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus-CPAE, da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC, em que participaram, como observadores, as Delegações das Associações dos Combatentes de Angola e de Moçambique e da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau, chefiada esta pelo respectivo Secretário de Estado. Aproveitando a sua estada em Portugal, os membros da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, reuniram-se nos dias 15 e 16 do corrente mês, na Sede da ADFA, para troca de informações sobre as respectivas Associações e o estado de desenvolvimento dos seus projectos de cooperação. A reunião decorreu num ambiente de franca camaradagem e fraternidade, tendo sido tratadas as seguintes questões:

- troca de informações sobre a vida das suas organizações, experiências e projectos;
- considerações sobre os estatutos da futura UNIÃO, tendo sido encarregue a ADFA de elaborar o respectivo anteprojecto;
- projectos de cooperação em especial nas áreas de reabilitação médica e integração sócio-profissional dos antigos combatentes e a formação de quadros dirigentes e administrativos das associações membros, matéria a que dedicaram particular atenção.

No último dia de trabalhos, a Direcção da ADFA proporcionou às Delegações africanas presentes, um encontro com o representante do Instituto do Comércio Externo e alguns empresários portugueses, no sentido de

## SOLIDARIEDADE ENTRE ANTIGOS CO

## 14.ª REUNIÃO DA Comunicação da De

O COMPROM

Ao tentar abordar, mais uma vez, a problemática da reintegração social do deficiente, permita-se-nos que, desta vez, o façamos a partir de um outro prisma, ou seja, que o façamos colocando a responsabilidade do êxito desta dinâmica na própria pessoa do deficiente enquanto primeiro e último interessado e, como consequência de tal, enquanto agente dinâmico da mudança social.

É que, quanto a nós, a abordagem correcta e completa a este assunto deve necessariamente fazer-se através dos dois sentidos, ou seja:

- um sentido na direcção instituições-cidadãos deficientes, em que o Estado, através dos seus inúmeros gabinetes e organismos, directa ou indirectamente envolvidos nesta questão, determinam a política de enquadramento global normalmente através dos meios legislativos e administrativos de que é detentor, acelerando ou desacelerando a implementação de medidas proteccionistas em razão directa da sua própria filosofia política e da pressão que as organizações civis lhe façam, e
- um outro sentido que é originado na própria pessoa do cidadão deficiente e dirigido à comunidade em que ele se insere, vive, desenvolve-se e morre.

No pressuposto que estamos a tratar deste assunto no âmbito de uma sociedade democrática, em que os canais de informação e formação não estão sujeitos a outros constrangimentos que não sejam as limitações próprias dos cidadãos, tentemos analisar e compreender mais profundamente este sentido de comunitarismo.

O sistema normativo com que o Estado pretende enquadrar a problemática da reintegração social do deficiente é um mero sistema instrumental que perderá o seu verdadeiro significado se convertido exclusivamente em processo burocrático impessoal e asfíxiador da essência humanista em questão.

Por outro lado, também o deficiente não poderá demitir-se da sua dimensão de ser social e alhear-se ou remeter exclusivamente para a

### PROPOSTA DA FINLÂNDIA E DA FRANÇA

«Nós, Delegações da Finlândia e da França, desejamos propor à 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, a candidatura do senhor JOSÉ EDUARDO GASPAR ARRUDA, para a Presidência da mesma Comissão.

Lisboa (Portugal), 10 de Abril de 1991.

# UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

## COMUNICADO

Em Abril de 1991, realizou-se em Lisboa a 14.ª Reunião da Comissão dos Assuntos Europeus-CPAE, da Federação Mundial dos Veteranos e Vítimas de Guerra — FMAC, em que participaram, as Delegações das Associações dos Combatentes de Portugal e da Secretaria de Estado dos Combatentes da Guiné-Bissau, chefiada esta pelo respectivo Secretário de Estado. A sua estada em Portugal, os membros da União dos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, durante o mês de Abril, na Sede da ADFA, para troca de experiências e cooperação. A reunião decorreu num ambiente de fraternidade, tendo sido tratadas as seguintes questões: a situação das suas organizações, experiências

sobre os estatutos da futura UNIÃO, tendo sido solicitado à ADFA de elaborar o respectivo anteprojecto; a situação da operação em especial nas áreas de reabilitação médica e profissional dos antigos combatentes e a formação de técnicos e administrativos das associações membros, merecendo particular atenção.

Para os trabalhos, a Direcção da ADFA proporcionou às delegações presentes, um encontro com o representante do Instituto de Estudos e alguns empresários portugueses, no sentido de

estudarem as possibilidades de desenvolverem projectos em diversas áreas.

Igualmente as Delegações tiveram a oportunidade de visitar o Porto, e o Centro de Reabilitação da ADFA naquela cidade.

Os membros da UNIÃO foram recebidos em Lisboa pelas Excelências os Senhores Presidente da República, Primeiro-Ministro, Estado-Maior-General das Forças Armadas e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, facto que demonstra o reconhecimento das autoridades portuguesas pela União dos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Os representantes da UNIÃO manifestaram o seu agradecimento pelo apoio das autoridades portuguesas, nomeadamente os Ministros da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e do Emprego e do Trabalho, bem como a Instituição Militar.

As Delegações presentes a esta reunião, comungando com a Conferência realizada em Lisboa em Maio de 1990, insistem em rápidas soluções, pela via do diálogo, dos conflitos armados em todo o Mundo, com especial atenção para Angola e Moçambique, toda a violação dos Direitos Humanos em Timor Leste e no Golfo. Manifestam igualmente a esperança de que os acordos traçados pela UNIÃO, serão um testemunho para todos os povos da Paz, da solidariedade, da cooperação e do desenvolvimento.

Lisboa, 19 de Abril de 1991

**SOLIDARIEDADE ENTRE ANTIGOS COMBATENTES = AMIZADE ENTRE**

## 14.ª REUNIÃO DA CPAE/FMAC

### Comunicação da Delegação da ADFA

#### O COMPROMISSO SOCIAL

..., mais uma vez, a problemática da reintegração social dos deficientes, desta vez, o façamos a partir de um outro ponto de vista, façamos colocando a responsabilidade do êxito desta operação na pessoa do deficiente enquanto primeiro e último responsável pela consequência de tal, enquanto agente dinâmico da

questão, a abordagem correcta e completa a este assunto deve fazer-se através dos dois sentidos, ou seja:

1. a direcção instituições-cidadãos deficientes, em que o Estado, através dos seus inúmeros gabinetes e organismos, directa ou indirectamente envolvidos nesta questão, determinam a política de acção global normalmente através dos meios legislativos e regulamentares de que é detentor, acelerando ou desacelerando a implementação de medidas proteccionistas em razão directa da sua vontade política e da pressão que as organizações civis lhe exercem;

2. o facto de que é originado na própria pessoa do cidadão deficiente, rígido à comunidade em que ele se insere, vive, trabalha e morre.

Actualmente estamos a tratar deste assunto no âmbito de uma perspectiva em que os canais de informação e formação não estão disponíveis e que não sejam as limitações próprias dos deficientes analisar e compreender mais profundamente este sentido

de acordo com que o Estado pretende enquadrar a problemática do deficiente é um mero sistema instrumental que não tem significado se convertido exclusivamente em instrumento impessoal e asfíxiador da essência humanista em

que também o deficiente não poderá demitir-se da sua responsabilidade e alhear-se ou remeter exclusivamente para a

responsabilidade das instituições estatais as grandes e pequenas, a sua reintegração social. Sendo ele o primeiro interessado na plena realização do seu ser, terá que reclamar para si um papel activo e transformadora da comunidade em que se insere, o mestre que ensina matérias para que foi preparado, tanto quanto o dever de ser portador de uma mensagem pedagógica, quer por si só quer em conjunto com outros deficientes, com as famílias, entidades, homens de negócios, enfim com todos os cidadãos envolvidos no trabalho comunitário.

Creemos que as mudanças conseguem-se com persistência, com armas tão simples e antigas como o tempo, como a persistência. Creemos que as grandes mudanças sociais são feitas com atitude práticas e resolutas perante os problemas que a comunidade nos apresenta.

Estes problemas são um teste permanente à nossa capacidade de solidariedade social. É preciso cultivar estes valores para que possamos ser agentes dinamizadores na comunidade. É preciso que acreditemos que a sociedade é enriquecida com os deficientes, com as nossas vivências e as nossas diferenças e é tão libertadora quanto mais aceitar todos e cada um dos seus membros, limitações, potencialidades, os seus sonhos e ilusões.

O deficiente é portador da grande responsabilidade de enfrentar as situações novas, diferentes, desconfortáveis, que devem ser ultrapassadas no diálogo comunitário local, nacional e internacional, vista à adaptação e valorização sociais.

O deficiente tem o direito de dinamizar e informar a comunidade a seu respeito, não tem porém o direito de se remeter exclusivamente a um simples receptor e destinatário de medidas normativas e regulamentares, o fizesse, está a prescindir da sua qualidade de cidadão.

E é assim nesta exigência de vida que os normais encontram expressão e significado, nesta simbiose Estado-cidadão de que resulta o verdadeiro alcance da reintegração humana.

Por isso acreditamos vivamente que a solução correcta para a plena integração social isto é a ideia da sociedade funcional, em que todos têm plena aceitação e um papel a desempenhar, quer seja através da proliferação grupal ou da sectorização em favor de todos, de conjuntura, contrariamente à do ostracismo e segregação, aquele motivo, contrariamente à ideia da constituição de uma sociedade de auto-suficiência, auto-afirmação mas, na realidade, de exclusão e auto-aceitação miserabilista e abjecta da vida.

Somos pois apoiantes de projectos sociais integracionistas, que defendem os valores assentes na verdadeira dimensão humana, somos portadores da responsabilidade de contagiarmos a comunidade a comprometermos no desenvolvimento destes projectos.

### FINLÂNDIA E DA FRANÇA

... da Finlândia e da França, desejamos expressar a nossa gratidão à Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, através do senhor JOSÉ EDUARDO GASPAR, Presidente da mesma Comissão.

..., 10 de Abril de 1991.

# OS COMBATENTES DA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

## ACADO

estudarem as possibilidades de desenvolverem projectos de investimento em diversas áreas.

Igualmente as Delegações tiveram a oportunidade de visitar a Delegação do Porto, e o Centro de Reabilitação da ADFa naquela cidade.

Os membros da UNIÃO foram recebidos em audiências por Suas Excelências os Senhores Presidente da República, Primeiro-Ministro, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, facto que demonstra o interesse inequívoco das autoridades portuguesas pela União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Os representantes da UNIÃO manifestaram o seu reconhecimento pelo apoio das autoridades portuguesas, nomeadamente os Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e do Emprego e da Segurança Social, bem como a Instituição Militar.

As Delegações presentes a esta reunião, comungando o espírito da 1.ª Conferência realizada em Lisboa em Maio de 1990, insistem na procura de rápidas soluções, pela via do diálogo, dos conflitos armados existentes em todo o Mundo, com especial atenção para Angola e Moçambique e condenam toda a violação dos Direitos Humanos em Timor Leste e noutros pontos do Globo. Manifestam igualmente a esperança de que os «Novos Caminhos» traçados pela UNIÃO, serão um testemunho para todos os povos, na procura da Paz, da solidariedade, da cooperação e do desenvolvimento.

Lisboa, 19 de Abril de 1991



12 ABRIL — Na visita às obras da nova Sede

13



12 ABRIL — No jantar de despedida oferecido pela Câmara Municipal de Lisboa

14



13 ABRIL — No almoço oferecido pela Câmara Municipal de Sesimbra

15



13 ABRIL — Na recepção oferecida pela Câmara Municipal de Palmela

16

## COMBATENTES = AMIZADE ENTRE POVOS

### DA CPAE/FMAC

### Delegação da ADFa

#### MISSO SOCIAL

responsabilidade das instituições estatais as grandes e pequenas questões da sua reintegração social. Sendo ele o primeiro interessado no desenvolvimento pleno do seu ser, terá que reclamar para si um papel de responsabilidade actuante e transformadora da comunidade em que se insere. E assim, como mestre que ensina matérias para que foi preparado, também o deficiente tem o dever de ser portador de uma mensagem pedagógica à sua comunidade, quer por si só quer em conjunto com outros deficientes, familiares, professores, entidades, homens de negócios, enfim com todos os que estão realmente empenhados no trabalho comunitário.

Creemos que as mudanças conseguem-se com persistência e fé, utilizando armas tão simples e antigas como o tempo, como são o diálogo e a persistência. Creemos que as grandes mudanças sociais atingem-se através de atitude práticas e resolutas perante os problemas diários que a nossa comunidade nos apresenta.

Estes problemas são um teste permanente à nossa vontade, imaginação e solidariedade social. É preciso cultivar estes valores humanos para que possamos ser agentes dinamizadores na comunidade em que vivemos. É preciso que acreditemos que a sociedade é enriquecida também através de nós, com as nossas vivências e as nossas diferenças e é tanto mais humanista e libertadora quanto mais aceitar todos e cada um dos seus membros, as suas limitações, potencialidades, os seus sonhos e ilusões.

O deficiente é portador da grande responsabilidade de viver na sociedade; só pelo facto de ele existir a sociedade é obrigada a confrontar-se com situações novas, diferentes, desconfortáveis, que devem ser assimiladas e ultrapassadas no diálogo comunitário local, nacional e internacional, com vista à adaptação e valorização sociais.

O deficiente tem o direito de dinamizar e informar a sociedade e o Estado a seu respeito, não tem porém o direito de se remeter a uma posição de simples receptor e destinatário de medidas normativas e burocráticas pois, se o fizer, está a prescindir da sua qualidade de cidadão.

E é assim nesta exigência de vida que os normativos sociopolíticos encontram expressão e significado, nesta simbiose Estado-cidadão deficiente de que resulta o verdadeiro alcance da reintegração humanista.

Por isso acreditamos vivamente que a solução correcta é a que tende à plena integração social isto é a ideia da sociedade funcionando de forma global em que todos têm plena aceitação e um papel a desempenhar, contrariamente à da proliferação grupal ou à da sectorização em favor de interesses materiais de conjuntura, contrariamente à do ostracismo e segregação por este ou aquele motivo, contrariamente à ideia da constituição de guetos justificativos de auto-suficiência, auto-afirmação mas, na realidade, significando auto-exclusão e auto-aceitação miserabilista e abjecta da vida.

Somos pois apoiantes de projectos sociais integracionistas e centrifugadores dos valores assentes na verdadeira dimensão humana, e acreditamos que somos portadores da responsabilidade de contagiarmos a sociedade e de a comprometermos no desenvolvimento destes projectos.

(Continuação da pág. 7)



FEDERAÇÃO MUNDIAL  
DE ANTIGOS COMBATENTES  
E VÍTIMAS DE GUERRA

COMISSÃO PERMANENTE  
DOS ASSUNTOS EUROPEUS  
14.ª REUNIÃO  
PORTUGAL



LISBOA, 9 a 14 de ABRIL 1991

ADFA, José Eduardo Gaspar Arruda, o que foi sublinhado por uma forte ovação de todos os delegados.

Na sessão de Encerramento, a que presidiu o Ministro do Emprego e da Segurança Social, e a que também estiveram presentes inúmeras personalidades e amigos da nossa associação, este governante diria,

após as intervenções do presidente da ADFA e do Secretário-Geral do FMAC, Serge Wourgaft:

«É com o maior gosto que me associo a esta iniciativa da Associação dos Deficientes das Forças Armadas com vista à realização, em Lisboa, da XIV Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da Federação Mundial dos Antigos Combatentes.

Na pessoa do senhor José Arruda, Presidente da ADFA, saúdo o trabalho que vêm desenvolvendo em articulação com diversos organismos e entidades oficiais, com vista à resolução de múltiplos problemas que se põem aos seus associados.»

Enumerando, seguidamente alguns dos apoios concedidos à Associação, em várias áreas de trabalho, e algumas das medidas do Governo no campo da deficiência e da reabilitação, o dr. Silva Peneda acabaria:

«Termino formulando votos que nesta reunião se tenham cimentado os laços de amizade entre todos. Não posso deixar de sublinhar, com muito agrado, que o senhor Presidente e a Direcção da ADFA vêm fazendo no sentido de aprofundar as relações de cooperação com os antigos combatentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Também aí registo algo de vital importância em termos de política de cooperação. Continuação de bom trabalho e a afirmação da disponibilidade do meu Ministério para continuar a colaborar com a ADFA com vista à concretização dos vossos objectivos.»

Após o encerramento oficial da 14.ª Reunião, teve um lugar na sessão de trabalho do Gabinete da CPAE, já sob coordenação do seu novo presidente, José Arruda, com vista a estabelecerem-se programas e

calendários, para as próximas actividades da Comissão, que prevêem já novos encontros ainda para este ano, no sentido do desenvolvimento de vários assuntos, em especial o «Acto Único Europeu», «Paz e Segurança no Mediterrâneo» e «Associações da Europa Central e de Leste».

Contando com os apoios dos Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e do Emprego e Segurança Social, das Secretarias de Estado da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, do Estado-Maior General das Forças Armadas, dos Estados Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea, do Secretariado Nacional da Reabilitação, da Fundação Calouste Gulbenkian, onde decorreram os trabalhos das Câmaras Municipais de Lisboa, Sesimbra e Palmela, do Instituto de Promoção Turística, da Região de Turismo da Costa Azul, da TAP-Air Portugal e do Banco Totta & Açores, foi possível estabelecer em paralelo com as sessões de trabalho, todo um programa social que culminaria no dia 13, sábado, por um passeio à magnífica (e muito louvada pelos participantes), Região dos Três Castelos (Setúbal, Sesimbra e Palmela). Entretanto, no dia 12, as delegações efectuaram uma visita às obras da nova Sede, cujo projecto e maquete observaram com o maior interesse, tendo-lhes sido prestados todos os esclarecimentos quer pelos responsáveis da ADFA quer por técnicos da firma construtora.

NOTA DA REDACÇÃO: Na reportagem a cores, as fotos sem indicação própria, são da autoria do 2.º sargento António Evaristo, da CHESMAT/EME

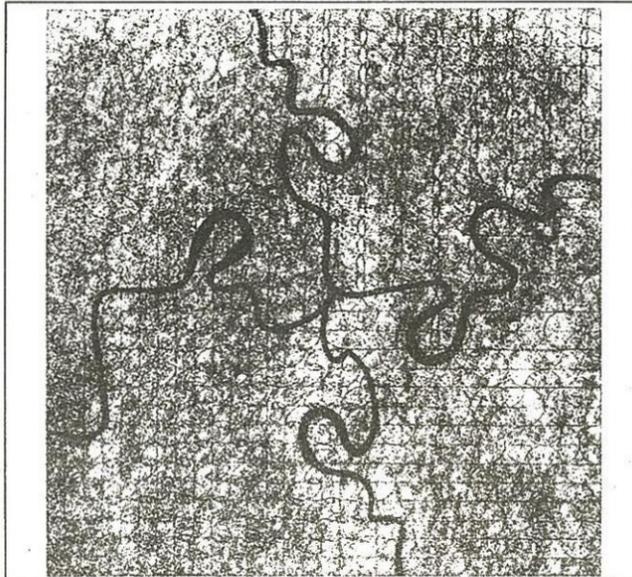
## UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

### 15 E 16 ABRIL 91

Passado quase um ano, a «1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau», a qual culminaria, fruto do, por tantos impensável, abraço de amizade e de comunhão na redescoberta de laços seculares, entre quem, até há tão pouco tempo, se encontrava, mercê de circunstâncias estranhas ao sentir dos respectivos povos, em trincheiras diferentes, na criação da respectiva «União», e aproveitando o facto de se realizar em Lisboa, de 10 a 12 de Abril, a 14.ª Reunião da CPAE/FMAC, para a qual haviam sido convidados, como «observadores», representantes das organizações de antigos combatentes daqueles três países africanos de língua oficial portuguesa, efectuou-se, em 15 e 16 deste mesmo mês, um encontro de trabalho, que decorreu na Sede da ADFA, para, conforme diz o «Comunicado» final, troca quer de informações sobre as respectivas organizações, suas experiências e objectivos, quer de impressões sobre os futuros «Estatutos» da União, e falar de projectos vários na área da cooperação, uns já planificados, outros em fase de estudo.

De realçar, pela sua importância, que muitas das questões que afligem a União, e de modo especial dos países africanos, foram abordadas pelos vários grupos de trabalho da CPAE, já que os antigos combatentes europeus estão, franca e entusiasticamente, abertos à cooperação com as, para eles, «novas vítimas de guerra» (como diria, com o seu vigor habitual, o delegado da Jugoslávia, Petrovic, «nós, que já passá-

mos por isto há bastantes anos atrás, temos a obrigação de lhes transmitir a nossa experiência e de lhes dar o nosso apoio, para evitar que sofram o que nós sofremos!»). Também, em todos os actos oficiais, e não só, da reunião europeia, todos os oradores tiveram uma palavra especial para a presença destas três delegações e para a União.



Momentos altos deste encontro de trabalho foram as audiências concedidas pelos Presidente da República, dr. Mário Soares, Primeiro-Ministro, dr. Cavaco Silva, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Soares Carneiro, e Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Eugénio Ramos, ocasiões essas aproveitadas para ser realçado o empenhamento comum de todos os quatro países, na procura de uma cada vez maior base de cooperação, na qual, também foi sublinhado, os antigos combatentes têm um papel muito especial, e muito importante, a desempenhar, graças ao grande exemplo de compreensão, solidariedade e amizade que representam, e tão calorosamente transmitem.

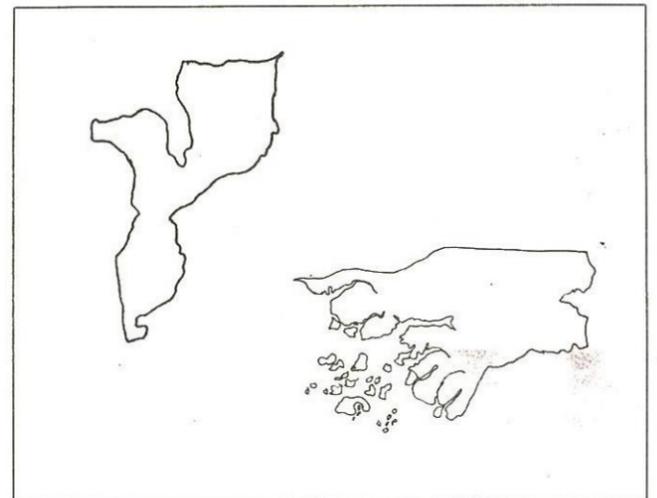
A par com as sessões de trabalho, foram proporcionados vários contactos de interesse para os projectos quer da União, no seu conjunto, quer de cada uma das organizações, por si, nomeadamente com representantes do Instituto do Emprego e Formação Profissional e

do Instituto do Comércio Externo, bem como se realizou um interessante e esperamos que bastante positivo, encontro com alguns empresários portugueses, grande parte deles já com experiência, passada e/ou actual, naqueles países africanos, o que levou a que, mais informalmente, no beberete que se seguiu, houvesse animada troca de informações e se combinassem futuras conversas e acções.

Finalmente, alguns delegados deslocaram-se ao Porto, a fim de visitarem a respectiva Delegação e o Centro de Reabilitação da ADFA, o que proporcionou um melhor conhecimento sobre a capacidade e a qualidade de trabalho da nossa Associação, no sector específico da reabilitação e da reintegração, o qual é um dos que maior dinâmica terá que atingir, e a curto prazo, nos projectos de cooperação.

Eis a composição das Delegações:

- Associação de Antigos Combatentes de Angola:
  - Agostinho José Neto, Secretário-Geral;
  - Constantino Santos;
- Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique:
  - Gilien Michila, Secretário-Geral Adjunto;
  - Gideon Ndobe;
- Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau:
  - Joaquim Furtado, Secretário de Estado;
  - Pedro Rodrigues.



# NOVOS CAMINHOS

**UNIÃO**



Delegação da Associação de Antigos Combatentes de Angola

17



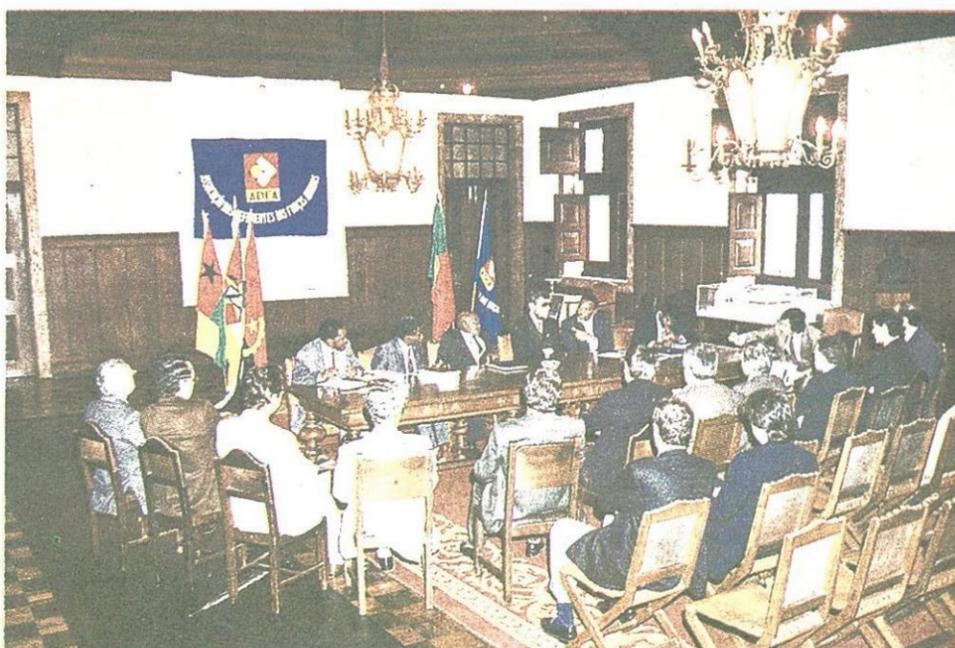
Almoço de trabalho na Sede

21



Delegação da Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique

18



Encontro com empresários portugueses — em cima: sessão de informação; em baixo: convívio e contactos

22



Delegação da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau

19



23



Sessão de trabalhos

20



Assinatura do documento final

24

# Nós com os outros

«Nós com os outros» recebeu, este mês, duas fortes ajudas de nossos associados, não só provando que o ELO é de todos e que a colaboração de cada um é necessária para o seu dinamismo, como também indicando quais os temas, e formas, que mais interessam ser apresentados nas suas páginas.

Assim, e a seguir à entrevista, a propósito da realização, em Lisboa, da

14.ª Reunião da CPAE/FMAC, com um dos primeiros delegados da ADFA a actos daquela Federação, traçaremos um breve perfil, graças ao material enviado pelo sócio José Noronha (Porto), de um nosso associado que, pelo seu dinamismo e grande capacidade de intervenção, trabalho e solidariedade, é a demonstração plena de que, através da integração, ao deficiente tudo é possível,

colocando em igualdade com qualquer outro cidadão, no caminho do sucesso e da esperança. É bom que nos conheçamos melhor, uns aos outros.

Finalmente, no sector dos «outros», o sócio Carlos Fanado (Cascais), apresentou uma «instituição» muito especial, já que não se trata de pessoa colectiva mas sim de pessoa individual. No entanto, dada a falta de espaço neste ELO, e porque há o

pedido para que a entrevista seja só publicada na íntegra (e são mais de 11 folhas A4 dactilografadas...), só noutra altura o poderemos fazer.

Antes de passarmos aos textos, os nossos agradecimentos a estes nossos «correspondentes» e que as suas participações sirvam de exemplo e incentivo para que muitos mais artigos nos sejam enviados por outros associados e mesmo simples leitores.

Cerca das 7 da manhã de 20 de Março de 1972, algures na região do Lago Niassa. O grupo de combate da Companhia de Intervenção seguia na perseguição dos raptos da alguns elementos da população local (Macaloge). De repente, o guia (Johny) pisa uma mina antipessoal reforçada que lhe amputa a perna. O comandante do grupo, que seguia imediatamente atrás, sofre decepção do terço inferior da perna direita, sendo atingido nos dois olhos. Embora uma evacuação relativamente rápida para Vila Cabral, um engano que o leva para Lourenço Marques em vez de para Lisboa, terá provocado a impossibilidade de recuperação de qualquer das vistas, o que, por cegueira total, atribui ao então alferes de infantaria/QP

tacto e a separação física, os deficientes visuais que se encontravam na «Medicina de Oficiais», na Estrela, estavam marginalizados em relação aos outros deficientes militares. No entanto, tendo eu como o Lopes Dias e o Silvério, e logo a seguir ao 25 de Abril, ouvido falar em que se estava a formar uma associação, resolvemos, de moto próprio, aparecer pelo Palácio da Independência, apercebendo-nos, imediatamente, que a ADFA, pela possibilidade de contacto que abria a todos nós, permitindo-nos expor os nossos problemas e trocar experiências, poderia e deveria ser um grande movimento associativo.

E pouco depois, tendo havido uma demissão na primeira Direcção, fui substituir esse elemento,

ferência de origem, que me lembre, com um convite directo, do próprio Secretário-Executivo da Federação, para a ADFA estar presente, como membro observador, da sua 16.ª Assembleia Geral (13/16OUT79), realizada em Florença.

dessa altura, pois trazem bastante informação sobre estes acontecimentos.

ELO — Que análise sobre o papel, e relações, das duas instituições, ADFA e FMAC?

JM — Por um lado, considero que a nossa Associação tal como as suas



INCONTRO MONDIALE  
DEGLI EX COMBATTENTI  
PER IL DISARMO  
roma 18-20 ottobre 1979

**JORGE MAURICIO**  
**ASS. INV. FORZE ARMATE**  
**PORTUGAL**

Ver página 15

Na altura, o então Secretariado Nacional da ADFA, nomeou-me a mim e ao Couceiro para irmos, tendo depois este, por impossibilidade de se deslocar, sido substituído pelo Hugo Guerra.

Recordo-me que também Angola e Moçambique foram convidados, embora não tivessem ido, e que a Espanha foi então admitida como membro efectivo. Estabelecemos desde logo vários contactos, entre eles com Serge Wourgaft, já nessa altura Secretário-Geral, que viriam a originar o início de todo o nosso processo de candidatura e admissão.

Terminada esta reunião (a cuja Sessão de Abertura presidiu o então Primeiro-Ministro italiano, Amintore Fanfani), seguimos para Roma a fim de participar no «Encontro Mundial de ex-combatentes para o desarmamento» (18/20OUT), que contou com a presença de Sandro Pertini, tendo os delegados (de 54 países), sido recebidos pelo Papa João Paulo II.

Chegadas a Lisboa, foi organizada pela ADFA, uma sessão pública sobre desarmamento, que decorreu na Sede, em 31 desse mês, não só para debater essa questão, como também para apresentação da mensagem trazida de Roma.

Aliás parece-me bem interessante ler os ELO

congéneres de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau são injeções de sangue novo que muita falta faz para que a Federação seja mais interventiva. A FMAC é demasiado reservada a exprimir os seus pontos de vista em relação aos actuais conflitos, esquecendo-se que os ex-combatentes têm toda a legitimidade para condenar, com a maior veemência, as guerras e lutar pela paz, assim como não dá a importância merecida à reparação das vítimas de guerra, quer militares quer civis.

Por outro lado, atendendo ao nível ético dos nossos sócios, a Federação pode fornecer elementos importantes sobre a 3.ª idade dos deficientes militares, o que é um problema vital a encarar pela nossa Associação.

ELO — Quer deixar algum «recado»!

JM — A mensagem que deixo é para as autoridades portuguesas próprias, no sentido de encararem a realidade da guerra que existiu e de que não ignorem, muito menos esqueçam, a existência dos despojos humanos que a mesma produziu, e que entendam a ADFA como a única força organizada que, substituindo-se, muitas vezes, ao próprio Estado, tem realizado a árdua tarefa da reabilitação dos deficientes militares.

— Atingido por estilhaços na vista esquerda, durante o cumprimento da sua comissão de serviço em Angola, o alferes miliciano de Infantaria **Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde, do B. Caç. 4911 (1972/73), viria a perder toda a visão da mesma, com atrofiamento.**

Sócio n.º 3632 da ADFA (13/1/76), actualmente com 39 anos, casado e pai de duas filhas, de empregado de escritório a gerente comercial, com 17 anos de actividade profissional no sector têxtil, Guilherme Vilaverde cedo enveredou, logo a seguir ao 25 de Abril, por uma enorme actividade que se desdobrou em várias áreas sociopolíticas, com especial incidência na cooperativa habitacional, desportiva e autárquica.

Presidente da FENACHE — Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica e da «Cidade Cooperativa da Prelada» (estrutura formada por oito cooperativas da região Norte, para a promoção de um empreendimento habitacional que inclui 600 habitações, para além de zona social e comercial, envolvendo um investimento na ordem dos 6 milhões de contos), Director da UCHA — União Cooperativa Habitacional (criada com a finalidade de promover a aquisição e infra-estruturação de terrenos destinados à construção cooperativa), dirigente/fundador da FENACRÉDITO, da UCH - Turismo, Lda. e a UCH - Seguros, Lda. (tudo estruturas para apoio das

Matosinhos, será talvez a «Cooperativa de Habitação Económica As Sete Cidades», a sua filha mais querida.

Na realidade, fundada em 1975, com 200 associados, será hoje uma das maiores, se não mesmo a maior, cooperativa do ramo em Portugal, com cerca de 2500 sócios efectivos e mais de 1000 habitações construídas e cerca de 300 em fase de construção.

«As Sete Bicas», pelo seu dinamismo, grande actividade e êxitos alcançados foi, e é, ainda hoje e desde a sua função, um verdadeiro «motor» do desenvolvimento que este sector registou, no país, nos últimos 15 anos, particularmente ao nível de região Norte, com particular incidência na área metropolitana do Porto e concelho de Matosinhos, sendo apontada como a verdadeira líder de todo o processo que levou à constituição e dinamização de perto de três centenas de cooperativas, em Portugal, responsáveis pela construção de cerca de 40 000 casas nos últimos dez anos, de qualidade e preço acessível, particularmente por camadas da população de rendimentos baixos/médios que, de nenhuma outra forma, poderiam ter resolvido o seu problema habitacional.

Curioso notar que esta cooperativa, onde habitam vários sócios da ADFA, se constituiu em espaço de convívio extremamente dinâmico, com actividades em várias áreas, nomeadamente o desportivo, destacando-se



Os majores Jorge Maurício (à direita, na foto) e Lopes Dias, no último Conselho Nacional

(em comissão por imposição do complemento de tirocinio para oficial do Quadro Permanente), Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, uma incapacidade de 100%.

Sócio n.º 208 (28MAI74), para além de ter participado na primeira Direcção da ADFA (e de nunca mais ter deixado de pertencer a órgãos sociais seus), foi também um dos dois primeiros delegados da Associação a reuniões no âmbito da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC.

ELO — Como surgiram os primeiros contactos com a ADFA?

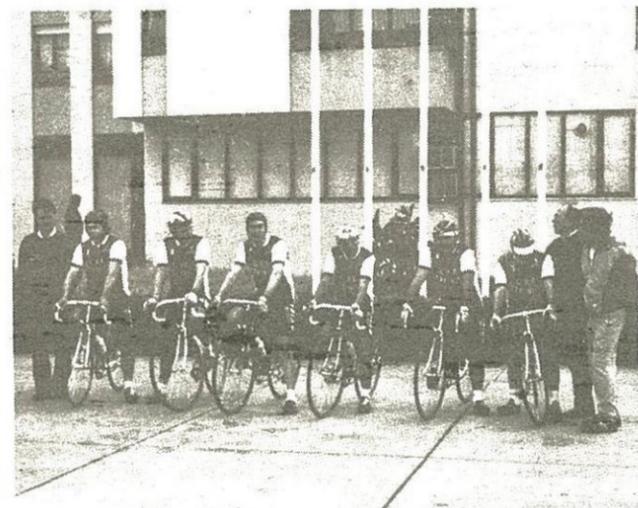
Jorge Maurício (JM) — Por razões várias, entre elas a dificuldade de con-

não tendo, nunca mais, deixado a actividade associativa, tendo já sido Presidente quer da DC quer da MAGN, entre outros cargos.

Recordo desses tempos, com reuniões abertas da Direcção (às 3.ªs feiras), a que chegaram a assistir 100, 200 e até 300 sócios, que a nossa grande luta foi a negociação, com o Governo (era então Ministro da Defesa o general Firmino Miguel), de um projecto alargado, que se veio a traduzir na publicação do Decreto-Lei 43/76, embora amputado da «relação com o serviço».

ELO — Como, e quando, aparece o primeiro contacto com a FMAC?

JM — Aparece, sem re-



actividades cooperativas habitacionais), da CIVAS — Centro de Acção Social da Sr.ª da Hora e do «Rádio Atlântico», de Matosinhos, Presidente dos Conselhos Fiscais do Sport Clube da Sr.ª da Hora e do Centro de Desporto, Cultura e Recreio da CHE «As Sete Bicas», actual Vice-Presidente da Câmara Municipal de

aqui o ciclismo, já que a sua equipa, e os seus atletas, têm conquistado excelentes classificações nas provas em que têm participado. ELO, por exemplo, sabe que na classe de Veteranos B (46-55), o nosso «correspondente» José Noronha é um campeão («veterano-mor», como lhe chama o «Jornal de Notícias»...).

# NOVA SEDE

## PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Neste período, o facto mais saliente relacionado com a nova Sede, foi o recomeço das obras de construção, agora na sua 2.ª fase, em sequência das assinaturas dos respectivos contrato de adjudicação, em 21 do mês passado (acto devidamente noticiado no último ELO), e auto de consignação, este já em 9 deste mês.

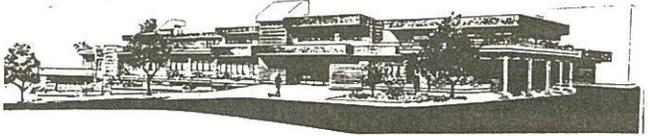
De realçar, também, o interesse, e até mesmo entusiasmo, manifestado pelos participantes na 14.ª Reunião da CPAE/FMAC, aquando da visita que efectuaram ao local, no dia 12.

Quanto à nossa campanha de fundos, eis os números:

**Transporte (MAR91) ..... 6 790 882\$00**

### SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
<b>(Sede)</b>		
8 916	José C. P. Serralha .....	10 000\$00
7 830	Domingos M. D. Costa .....	10 000\$00
8 640	Joaquim F. G. Santos .....	10 000\$00
10 979	Rafael Farinha .....	10 000\$00
12 105	Manuel R. B. Nunes .....	10 000\$00
7 849	António J. F. Soares .....	10 000\$00
999	Rui M. D. M. Alves .....	10 000\$00
9 195	Ricardo C. Piedade .....	10 000\$00
9 194	Adélio C. Rodrigues .....	10 000\$00
12 113	José M. Pinela .....	10 000\$00
90	Joaquim D.M. Pimenta .....	10 000\$00
10 407	António P. Generoso .....	10 000\$00
5 153	José H.G. Silva .....	10 000\$00
10 012	Adriano F. Manhique .....	1 000\$00
3 345	Álvaro J. M. Leal .....	3 000\$00
6 184	Joaquim R. Domingos .....	3 000\$00
47	Fausto J. A. C. Costa .....	5 000\$00
6 696	João S. Rodrigues .....	5 000\$00
6 714	Álvaro S. Pereira .....	5 000\$00
3 190	Daniel R. Alves .....	2 000\$00
4 326	Henrique M.B. Cardoso .....	5 000\$00
10 046	Nélson G. Meireles .....	1 000\$00
12 084	Henrique J.S. Ferreira .....	5 000\$00
3 464	Manuel Silva .....	5 000\$00



10 214	Júlio P. Ferreira .....	5 000\$00
2 382	Carlos A.C. Bernardo .....	5 000\$00
1 934	António F. Marques .....	5 000\$00
3 339	Joaquim S. Castela .....	2 000\$00
2 925	António F. Conceição .....	5 000\$00
10 508	António J.C. Santos .....	5 000\$00
11 827	Alexandrino C. Miguel .....	5 000\$00
11 196	Manuel J.N. Barreiros .....	2 000\$00
5 601	Paulo J.R. Robalo .....	1 000\$00
7 219	Carlos D. Matos .....	2 000\$00
2 576	Mário A.C. Alves .....	2 000\$00
9 433	Luís S. Santos .....	1 000\$00
6 318	António Vicente .....	5 000\$00
8 320	José M.L. Almeida .....	1 500\$00
6 320	António F.C.P. Santos .....	1 000\$00
875	António P.G. Barreiros .....	2 000\$00
11 414	Francisco J. Casqueiro .....	2 000\$00
1 272	Adriano F. Amaral .....	5 000\$00
9 802	Carlos M.B. Pereira .....	5 000\$00
—	Leonel S. Pereira .....	3 000\$00
11 040	José M.S.M. Monteiro .....	5 000\$00
7 941	José R. Santos .....	5 000\$00
782	Manuel S.M. Bicho .....	2 000\$00
10 653	Joaquim S. Vedonho .....	2 000\$00
11 375	José M.M.M. Sousa .....	1 000\$00

### (Bragança)

7 780	Alcino C. Pimentel .....	10 000\$00
2 982	Osvaldo D. Canteiro .....	5 000\$00

### (Coimbra)

2 903	António G. Dias .....	2 000\$00
12 000	Manuel C. Marques .....	5 000\$00
7 605	Manuel M. Sequeira .....	1 000\$00

8 424	Manuel S.R. Júnior .....	5 000\$00
1 251	Vítor M.M. Mota .....	3 000\$00
9 968	José A.T. Calinas .....	1 000\$00
4 881	José P. Duarte .....	1 000\$00
11 426	Ernesto Lemos .....	2 000\$00
757	António S. Tavares .....	5 000\$00
4 224	Manuel C. Quinteiro .....	5 000\$00
5 401	Fernando A. Bacalhau .....	2 000\$00
4 876	José C.O. Brites .....	2 000\$00
6 535	Belarmino P. Espinhal .....	3 000\$00
6 564	Joaquim G. Correia .....	1 000\$00
10 961	Carlos C. Faim .....	1 000\$00
7 118	Ilídio L.R. Cavaco .....	5 000\$00
7 651	Manuel J. Lote .....	1 000\$00
9 561	Júlio F. Azinha .....	2 000\$00
10 729	Carlos M.S. Reis .....	3 000\$00

### (Évora)

1 164	Fernando C.M. Cabecinha .....	1 000\$00
2 321	Victor M.B. Nunes .....	10 000\$00
3 001	Luis M.C. Figueira .....	2 300\$00

### (Funchal)

9 838	José Martins .....	10 000\$00
-------	--------------------	------------

### (Porto)

6 571	Joaquim P. Magalhães .....	10 000\$00
5 133	António P.V. Cunha .....	2 000\$00
12 322	Manuel S. Pereira .....	1 500\$00
5 200	Manuel J. Moreira .....	2 000\$00
1 623	José M.F. Silva .....	10 000\$00
6 669	Augusto S. Ferreira .....	5 000\$00
6 119	Adriano T. Silva .....	1 000\$00
12 287	Nélson J.S. Brito .....	5 000\$00
3 138	José M. Cunha .....	10 000\$00
3 995	António D. Silva .....	5 000\$00
5 722	Luciano G. Ferreira .....	5 000\$00



### (Setúbal)

9 029	Benjamim S. Durães .....	5 000\$00
6 001	Albertino S. Lopes .....	1 000\$00
11 246	Manuel M.R. Rocha .....	2 000\$00
5 559	Armando C. Cabrita .....	5 000\$00
7 190	António J.P. Chatinho .....	3 000\$00
4 338	Albérico O. Matos .....	2 000\$00
9 265	Armando D.M. Ferreira .....	2 000\$00
4 636	Aristides F. Santinho .....	1 000\$00
10 432	José M.O. Soares .....	2 000\$00
793	Manuel M.P. Gonçalves .....	1 000\$00
2 077	António M. Pereira .....	1 000\$00
2 367	Joaquim A. Raposo .....	1 000\$00
4 500	Manuel J.G. Caeiro .....	1 000\$00
1 731	José D. Fernandes .....	5 000\$00

### (Vila Nova de Famalicão)

10 457	João B.L. Fernandes .....	5 000\$00
11 076	António F. Lima .....	2 000\$00

### (Viseu)

3 574	João L. Vale .....	5 000\$00
1 403	Albano F. Figueiredo .....	2 000\$00
12 339	António Rodrigues .....	1 000\$00
1 012	Manuel N. Pádua .....	2 300\$00
1 585	António S. Almeida .....	1 000\$00
10 978	Manuel S. Figueiredo .....	5 000\$00
4 223	Adrião B. Cardoso .....	1 500\$00
4 382	António F. Rufino .....	5 000\$00

### N/SÓCIO NOME QUANTIA

(Sede)	Olga V. Cardoso	2 000\$00
	TUTICONTA	20 000\$00

**A transportar (ABR91)..... 7 288 982\$00**

## NOTE BEM: LEIA ATÉ AO FIM É DEFICIENTE FÍSICO? QUER TRANSFORMAR A SUA VIATURA?

(QUALQUER MODELO)

COM APROVAÇÃO GARANTIDA PELA

### DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

— TECNOLOGIA RECONHECIDA PELA CEE —

Sabia que CLAY REGAZONNI, ex-piloto Fórmula 1 que ficou parapléxico num acidente no Grande Prémio — nos Estados Unidos — América — conduz em viaturas por nós transformadas?!

☎ (02) 989 29 45 — RIO TINTO — PORTO CONTACTE O «GRANDE PRÉMIO»

## É DEFICIENTE FÍSICO E QUER TIRAR A CARTA DE CONDUÇÃO? CONSULTE



ESCOLA DE CONDUÇÃO «O GRANDE PRÉMIO»

SERAFIM DE SOUSA E SILVA

A ÚNICA DO GÉNERO EM PORTUGAL E NA EUROPA  
Rua das Perlinhas, 451-467 (junto Estação Caminhos-de-Ferro)  
Apartado 44 — 4436 RIO TINTO — PORTO — ☎ (02) 989 94 02

## A DISTÂNCIA NÃO É BARREIRA

Não se pame com estas afirmações!

- Obtenha a sua carta de condução entre 5 e 10 dias.
- Se necessitar estadia, garantimos alojamento.
- Venha saber porque é que a nossa Empresa já mereceu os mais rasgados elogios da RTP, entidades do Governo e outros órgãos da Comunicação Social, por várias vezes.

— Após obtenção da sua carta de condução nesta escola, cada aluno tem ao seu dispor mais de uma centena de contos, totalmente oferecidos pelo Governo, podendo receber directamente nesta Empresa.

### E ESTA, HENI! SÓ NESTA EMPRESA

Inscra-se já. Oportunidade ímpar e limitada. Mais vale prevenir e encartar-se connosco. Só não tira a carta quem não tem cabeça.

RECORTE E GUARDE ESTA NOTÍCIA PARA SI OU PARA PESSOA AMIGA

## Viaturas RENAULT

### Preço nas cores opacas

EM VIGOR A PARTIR DE 90.03.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 - 3 p	969 405\$00	1 343 447\$00
Renault Clio RL 1.1 - 5 p	1 023 470\$00	1 406 703\$00
Renault Clio RN 1.2 - 3 p	1 082 987\$00	1 507 296\$00
Renault Clio RN 1.2 - 5 p	1 137 931\$00	1 571 589\$00
Renault Clio RT 1.2 - 3 p	1 215 583\$00	1 662 433\$00
Renault Clio RT 1.2 - 5 p	1 269 514\$00	1 725 532\$00
Renault Clio RT 1.4 - 3 p	1 291 503\$00	1 910 473\$00
Renault Clio RT 1.4 - 5 p	1 346 447\$00	1 974 758\$00
Renault 19 TR - 5 p	1 371 697\$00	1 882 784\$00
Renault 19 GTS - 5 p	1 458 539\$00	2 111 170\$00
Renault 19 TSE - 5 p	1 677 943\$00	2 367 873\$00
Renault Chamade TR	1 385 277\$00	1 898 672\$00
Renault Chamade GTS	1 487 377\$00	2 144 911\$00
Renault Chamade TSE	1 711 176\$00	2 406 756\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 791 955\$00	2 507 287\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 791 955\$00	2 507 287\$00
Renault 4 GTL	907 233\$00	1 270 705\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 257 610\$00	1 689 422\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 355 489\$00	1 803 940\$00

### Viaturas equipadas com caixa de velocidades automática

Renault 19 GTS - 5 p	1 639 660\$00	2 323 082\$00
Renault 19 TSE - 5 p	1 859 928\$00	2 580 795\$00

Renault Clio 1.4 com caixa automática e direcção assistida, fabricação prevista para Maio de 1991.

Transferência + Transporte:	
Renault 4 .....	17 480\$00
Renault Clio .....	17 480\$00
Renault 19 .....	21 980\$00
Renault Chamade .....	21 980\$00
Renault 21 .....	21 980\$00
Renault Express .....	24 450\$00

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 18 308\$00 e 29 475\$00.

Transferência+Transporte= Renault Clio — 12.500\$00; Renault 19 — 17.500\$00; Renault 21 — 20.855\$00; Renault 19 «CHAMADE» — 20.855\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tel: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.



## EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.  
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?  
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

*...e tudo se transforma*



CARRO DO ANO 1991

**RENAULT**  
*Ao Ritmo da Vida*

### CONCESSIONÁRIO

**RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)**  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58  
1900 LISBOA  
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14  
1700 LISBOA  
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA  
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA



INCONTRO MONDIALE  
DEGLI EX COMBATTENTI  
PER IL DISARMO  
roma 18-20 ottobre 1979

Por curiosidade, a alocação proferida pelos delegados da ADFA, no Encontro Mundial de Ex-Combatentes para o De-

sarmamento, realizado em Roma de 18 a 20 de Outubro de 1979. Infelizmente, a sua actualidade é bem evidente!

Senhor presidente:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal está pela primeira vez a participar, a nível internacional, num encontro mundial, no qual os ex-combatentes gritam bem alto para todo o Mundo que não querem mais guerra, não querem mais fome, não querem mais assistir impassíveis ao binómio países ricos e países pobres.

A riqueza de cada país encontra-se no seu povo e todos os povos são generosos trabalhadores que querem a Paz.

Portugal durante a vigência do regime fascista enviou para as ex-colónias os seus jovens para combaterem os povos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique. Foram 13 anos de guerra sangrenta e fratricida em que nada havia para conquistar ou ser conquistado. O direito à autodeterminação dos povos colonizados é uma realidade histórica e social, a qual só pode ser contrariada por regimes políticos utópicos.

Sobre o Mundo pesam dois grandes conflitos mundiais, reconhecidos como tal e dos quais os povos se recordam.

Outros existem de menor importância talvez porque duraram menos tempo ou porque morreram menos soldados; mas a insegurança internacio-

nal é um facto latente. Podemos citar o Vietname, o Médio Oriente, a América Latina e tantas outras partes do Mundo.

Somos homens da primeira linha e portanto podemos dizer de viva voz a todo o Mundo que não queremos mais guerras.

Os homens políticos que saibam encontrar as soluções pacíficas adequadas ao bem-estar da Humanidade.

Para nós ex-combatentes, a guerra é a negação do próprio Homem e demonstra, quando ela acontece, a irracionalidade do próprio ser humano.

A nossa associação dentro das suas limitadas possibilidades tudo fará para que todos os cidadãos do Mundo meditem no problema da guerra e a rejeitem.

Congratulamo-nos com a assinatura do Acordo SALT 2 por parte das duas superpotências mundiais. Desejamos que ele seja cumprido e que o eventual SALT 3 seja mais preciso e radical no que respeita à política de desarmamento.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal lutará a nível nacional e internacional pela Paz, justiça social e concórdia entre todos os povos do Mundo.

Muito obrigado.

## NÚCLEOS

### CASCAIS Núcleo da Costa do Estoril

Conforme foi noticiado no ELO, realizou-se no passado dia 19 mais um jantar-convívio, que reuniu todos quantos puderam e quiseram estar presentes.

Dizer apenas que foi uma noite agradável, obviamente que é muito pouco! Foi bem mais do que isso! Passou-se um bom «bocado» do final de um dia em que se sentiu

ainda que o Núcleo da Costa do Estoril, pois afinal o de Cascais não existe apesar de o ELO a ele sempre se referir, engloba os diferentes militares residentes nos Concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra.

É ponto assente a importância destes convívios, pois sem vida associativa o Núcleo nunca passará de uma mera palavra. As obras no espaço onde o Núcleo irá funcionar, que se situa nas Varandas de Cascais, começarão muito em breve, segundo informações pres-



boa disposição, animação e uma grande vontade em desfrutar de um clima de amizade que cada vez mais começa a ser o atributo de quem participa... Evidentemente que foi um convívio complementado com boa comida e bebida, entretanto com os mais variados temas de conversa.

Todos esperamos que no próximo jantar muitos mais apareçam com as suas famílias. Relembro

tadas pelo Vice-Presidente da ADFA, Guedes da Fonte, cuja presença tem sido assídua nestes jantares.

Bem, resta-me marcar o próximo ponto de encontro!

Será no Restaurante O GARGALO, em Atrozela (Alcabideche), no dia 24 de Maio, às 20 horas.

Aponta já na tua agenda! Aparece!

Lembra-te que o bom convívio faz bem ao «stress»!

## PONTO DE ENCONTRO

Desta vez a marcação do «Ponto de Encontro» não é do ELO nem é, sequer, para hoje. O nosso associado José Maia da Cunha (n.º 3138), que esteve na Guiné, de 70 a 72, integrado na Companhia de Caçadores 2700, deseja organizar um encontro de convívio com o pessoal desta Unidade, para o que os interessados deverão escrever-lhe, para a seguinte morada: Rua Heróis da Pátria 347, S. Pedro da Cova, 4420 GONDOMAR.

TOMA NOTA: se estiveste na C. CAÇ. 2700, na GUINÉ, de 70 a 72, escreve para o teu ex-camarada, a fim de ser possível essa jornada de confraternização que, certamente, todos desejam. E se puderes entrar em contacto com algum outro, dá-lhe a conhecer esta iniciativa do Maia da Cunha.

## Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
<b>CORSA</b>		
SW 1.0S 3P	947 784\$00	1 282 589\$00
SW 1.2NV 3P	1 030 484\$00	1 437 300\$00
SW 1.2NV 4P	1 098 884\$00	1 557 329\$00
SW 1.2NV 5P	1 078 684\$00	1 533 695\$00
GL 1.2NV 3P	1 110 848\$00	1 571 327\$00
GL 1.2NV 4P	1 160 748\$00	1 629 710\$00
GL 1.2NV 5P	1 144 048\$00	1 610 171\$00
GL 1.4NV 5P	1 168 148\$00	1 784 436\$00
JOY 1.4NV 3P	1 263 302\$00	1 895 766\$00
SW 1.5D 4P	1 321 784\$00	2 049 325\$00
SW 1.5D 5P	1 311 284\$00	2 037 040\$00
<b>KADETT</b>		
LS 1.2SC 3P	1 296 140\$00	1 782 268\$00
LS 1.2SC 5P	1 350 800\$00	1 846 220\$00
LS 1.4NV 3P	1 401 080\$00	2 051 117\$00
LS 1.4NV 4P	1 478 270\$00	2 141 429\$00
LS 1.4NV 5P	1 466 090\$00	2 127 178\$00
LS 1.7DA 4P	1 592 530\$00	2 672 720\$00
LS 1.7DA 5P	1 571 440\$00	2 648 045\$00
BEAUTY 1.4NV 4P	1 611 270\$00	2 297 039\$00
BEAUTY 1.4NV 5P	1 599 190\$00	2 282 905\$00
BEAUTY 1.5TD 4P	1 926 190\$00	2 750 630\$00
BEAUTY 1.5TD 5P	1 914 000\$00	2 736 368\$00
LS 1.7DA 5P (Caravan)	1 690 700\$00	2 706 065\$00
<b>VECTRA</b>		
GL 1.4 4P	1 868 700\$00	2 598 232\$00
GL 1.4 5P	1 916 030\$00	2 653 608\$00
GL 1.7D 4P	2 234 000\$00	3 423 240\$00

## AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	845 653\$00	1 089 470\$00
UNO 45-3P	923 516\$00	1 230 470\$00
UNO 45S-3P	989 157\$00	1 307 270\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 030 093\$00	1 408 470\$00
UNO 60S-5P	1 093 341\$00	1 482 470\$00
UNO 60 SX	1 183 170\$00	1 587 570\$00
UNO 60 S CTX	1 194 254\$00	1 604 470\$00
UNO 70 SX-3P	1 204 715\$00	1 787 470\$00
UNO 70 SX-5P	1 252 578\$00	1 843 370\$00
UNO DIESEL 3P	1 155 190\$00	1 668 794\$00
UNO TURBO 5P	1 515 227\$00	2 146 790\$00
TIPO 1.1	1 283 170\$00	1 704 570\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TIPO 17D	1 425 900\$00	2 457 895\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 584 202\$00	2 231 470\$00

## AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 367 104\$00	1 877 000\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 641 462\$00	2 198 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 818 043\$00	2 851 715\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 371 414\$00	1 882 043\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 277 699\$00	3 389 512\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	2 819 597\$00	4 023 533\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 986 514\$00	4 218 826\$00
AUDI 80 TD+1.6	3 139 252\$00	4 397 529\$00

— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

## SEDE

### ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

#### CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito

Segundas e Quintas-Feiras, às 14 horas.

#### PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença

Terças-feiras, às 12 horas.

#### PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão

Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

#### ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão

Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

#### SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social:

dr.ª Gracinda Benedito

Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

### Outros Serviços

#### SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

#### BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras  
10H10/10H30 (só pequenos-almoços);  
12.30/

#### SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

Faz-se  
trabalhos de contabilidade

Contactar ABÍLIO

☎ 3426247 (9H00/18H00)

e 4187375 (depois 20H00)



Primeiro-Ministro recebe Delegações da União



Na audiência com o general CEMGFA



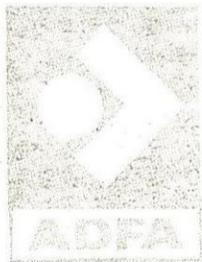
No encontro com o Secretário de Estado de Defesa Nacional

# DIÁLOGO COOPERAÇÃO



## PAZ

## SOLIDARIEDADE



Ministro do Emprego e da Segurança Social na Sessão de Encerramento da 14.ª Reunião da CPAE



FMAC e ADFA nas comemorações do 9 de Abril, na Batalha



Momento em que a nomeação do novo Presidente da CPAE era aplaudida pelos delegados